



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 06/2020 .

APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 06/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002675-10.2019.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 12/2020

SEGUNDA APOSTILA AO CONTRATO N. 06/2020, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA MULTITEC ELEVADORES LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EM 03 (TRÊS) ELEVADORES DE PASSAGEIROS DO TRE-RO.

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições legais, e consoante no DESPACHO Nº 921 / 2022 - PRES/DG/GABDG, de 19/07/2022 (evento [0861286](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93, no art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93 e na Subcláusula Primeira da Cláusula Vigésima Primeira do Contrato supramencionado, para:

I - Registrar o reajuste ao valor do Contrato 06/2020 (evento [0537782](#)), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - Acumulado, no percentual de 11,73% (onze inteiros e setenta e três centésimos por cento), aferido no período de junho de 2021 a maio de 2022, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de maio de 2022, conforme detalhamento abaixo:

TABELA 1 - Reflexo C



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR DO CONTRATO ÚLTIMO REAJUSTE Informação nº 89/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0703089) (Apostila n.01 Evento SEI n. 0716311) (A)		VALOR MENSAL ÚLTIMO REAJUSTE 2021/2023 (Apostila n.01 0716311) (B)
2020/2021	R\$ 37.333,33	R\$ 3.361,87
2021/2022	R\$ 40.342,40	
2022/2023	R\$ 40.342,40	
TOTAL	R\$ 118.018,13	

Fonte: Informação nº 179/2022/SEMAP (evento [0846030](#) do processo respectivo).

II – O impacto financeiro total estimado deste 2º reajuste é de R\$ **4.732,24** (quatro mil setecentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos), decorrente do valor atualizado com este 2º reajuste (R\$ 122.750,37) menos o valor contratual anterior, conforme Apostila n. 01 (R\$ 118.018,13).

III - As despesas com este reajuste correrão à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Funcional Programática 02122003320GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39.16, conforme Nota de Empenho n. 2022NE000186 - Reforço, de 21/07/2022 (evento [0864398](#)), a ser reforçada, caso necessário.

IV - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) passa a ser de R\$ 122.750,37 (cento e vinte e dois mil setecentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento.

V - Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Para assegurar a plena execução deste ajuste, a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA, no valor de R\$ 236,61 (duzentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato originário.

VII - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato TRE-RO n. 06/2020 que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou Termos Aditivos.

VIII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

IX - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE-RO.

Porto Velho/RO, 22 de julho de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora-Geral do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA N. 02 AO CONTRATO N. 06/2020

Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n.
---	---	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		8.666/93)
Contrato n. 06/2020, assinado em 20/05/2020 – Volume V do PA (evento n. 0537782) Vigência de 36 meses, a contar da assinatura (a contar de 20/05/2020 a 20/05/2023) Valor do contrato: R\$ 112.000,00 Garantia: R\$ 5.600,00	R\$ 112.000,00	-
Apostila n. 1, assinada em 16/07/2021 – Volume VII do PA (evento n. 0716311) Reajuste de 8,06%, a contar de 05/05/2021. Valor da Apostila R\$ 6.018,13 Garantia: R\$ 300,90	R\$ 6.018,13	-
Apostila n. 2, assinada em ____/07/2022 – Volume VIII do PA (evento n. 0864408) Reajuste de 11,73%, a contar de 05/05/2022. Valor da Apostila R\$ 4.732,24 Garantia: R\$ 236,61	R\$ 4.732,24	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 122.750,37
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/07/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0864408** e o código CRC **2725EC8E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 179/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO GABSAOFC.

À COMSEG para conhecimento da Sra. Coordenadora

Assunto: Reajuste do Contrato n. 06/2020 ([0537782](#)) - Prestação de serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) em Porto Velho/RO

Senhor Secretário,

Considerando que o reajuste contratual tem amparo nos artigos 40, XI, e 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93;

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula demonstrada abaixo:

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65 da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

I - Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, **contado da data limite para apresentação da proposta** (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado; (*GRIFO NOSSO*) e

II - O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.

Considerando que o reajuste previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU):

DECISÃO TCU Nº 425/2002 – PLENÁRIO

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93.

Considerando entendimento do TCU e da AGU que claramente responsabilizam a Administração pela **aplicação automática do reajuste** estrito senso nos contratos administrativos, de acordo com o texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:**

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

41. **O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).**

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

Considerando, nesse mesmo sentido, entendimento da Assessoria Jurídica deste Tribunal a qual fez análise jurídica acerca do reajuste em sentido estrito e esclareceu que o reajuste previsto em cláusula contratual se dá de forma automática pela Administração, conforme PARECER JURÍDICO Nº 10 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0669328](#)), PARECER JURÍDICO Nº 22 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0678295](#)), PARECER JURÍDICO Nº 23 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0678332](#)) dentre outros;

Que a Apostila n. 01 ([0716311](#)) registrou o 1º reajuste no percentual de 8,06% (oito inteiros e seis centésimos por cento) decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de junho de 2020 a maio de 2021;

Que o período apuratório atual **se refere ao de Junho de 2021 a Maio de 2022**, sendo o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente corresponde a **11,73%, índice apurado pelo IBGE** ([0846037](#));

Portanto, o valor reajustado do Contrato passará a ser de **R\$ 122.750,37 (cento e vinte e dois mil setecentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos)**, conforme tabela abaixo:

TABELA 1 - Reflexo Contratual pelo Reajuste 2021/2022				
VALOR DO CONTRATO ÚLTIMO REAJUSTE Informação nº 89/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/S EMAP (0703089) (Apostila n.01 Evento SEI n. 0716311) (A)	VALOR MENSAL ÚLTIMO REAJUSTE 2021/2023 (Apostila n.01 0716311) (B)	IPCA APLICA DO (0846037) (C)	VALOR MENSAL ATUALIZA DO 2022/2023 (D)=(B)x(1+C)	VALOR DO CONTRAT O ATUALIZA DO 2022/2023 (E) = (D) *



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

					12
2020/2021	R\$ 37.333,33	R\$ 3.361,87	11,73%	R\$ 3.756,22	R\$ 37.333,33
2021/2022	R\$ 40.342,40				R\$ 40.342,40
2022/2023	R\$ 40.342,40				R\$ 45.074,64
TOTAL	R\$ 118.018,13				R\$ 122.750,37

Diante de todo o exposto, encaminhamos para Vossa Senhoria apreciar a análise desta unidade gestora quanto à solicitação de reajuste da contratada e os reflexos desta previsão contratual ao valor da contratação. Ademais, informamos que para o atual exercício **haverá a necessidade de reforçar nota de empenho 2022NE000186 no valor de R\$ 2.088,06 (dois mil oitenta e oito reais e seis centavos)** para suportar o referido reajuste.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 15/06/2022, às 18:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0846030** e o código CRC **D28E8CEE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Análise da aplicação de reajusto *strito sensu* no Contrato 06/2020/TRE/RO – Serviço de manutenção preventiva e corretiva de Elevadores – Contratada Multitec elevadores Ltda.

PARECER JURÍDICO Nº 98 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP**, CNPJ n. 09.477.789/0001-40, para prestar serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) em Porto Velho/RO, dimensionada para 36 (trinta e seis) meses, a partir de 20/05/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 06/2020** ([0537782](#)).

02. Na Informação n. 179/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0846030](#)), a Seção de Manutenção Predial (SEMAP), unidade gestora, comunica a incidência de reajuste pela variação do índice IPCA de referência no valor do contrato, informando que o período em condições contratuais de reajuste **se refere ao de junho de 2020 a maio de 2021**, e que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **11,73%**, **índice apurado pelo IBGE** ([0846037](#)). Ainda, comunica que, para suportar a despesa com o referido reajuste no atual exercício, **haverá a necessidade de reforçar a nota de empenho 2021NE000186 no valor de R\$ 2.088,06** (dois mil oitenta e oito reais e seis centavos).

03. Os autos foram recebidos pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, na oportunidade, o seu titular determinou o reforço da nota de empenho pela COFC, a elaboração da minuta de Apostila contratual pela SECONT e a análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho n. 1410/2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0847849](#)).

04. Em seguida, após Despacho n. 820/2022 - PRES/DG/SAOFC/COFC, a SPOF juntou a Programação Orçamentária ([0848140](#)) no valor de solicitado pela SEMAP. E, por sua vez, a Seção de Contratos juntou a minuta de Apostila n. 2 ao Contrato n. 06/2020 ([0851539](#)).

05. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa n. 213/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0851540](#)). **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0002624-96.2019.6.22.8000) até a presente data.

07. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

08. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.2 – DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

12. A pretensão da SEMAP tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, trata-se de **reajuste em**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo n. 06/2020 ([0537782](#)). Veja-se:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

I - Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado; e

II - O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.

(...)

13. Segundo Marçal Justen Filho, o “*Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados*”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

14. Sobre o tema, o Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704 e 719, assim orienta:

Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário**

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Assim, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93;

16. Vale apresentar entendimento do TCU e da AGU, que claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer n. 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.

(...)

41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

17. No caso ventilado, a SEMAP solicitou a aplicação do reajuste de preços no percentual de 11,73% (doze inteiros e setenta e três centésimos por cento) pelo IPCA, consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias do período entre junho de 2021 a maio de 2022 ([0846030](#)). E, resta verificado o preenchimento do período aquisitivo para a aplicação do reajuste, pois foi decorrido um ano da data do último reajuste concedido, conforme Apostila n. 1 ([0716311](#)).

18. Dessa forma, esta Assessoria com fundamento no art. 55, III, da Lei n. 8.666/1993 e na Cláusula Vigésima Primeira do Contrato n. 06/2020, opina ser devido os valores do reajuste contabilizado no período citado.

3.2 – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

19. O Contrato n. 06/2020 ([0537782](#)) estabeleceu a obrigação de a contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Quanto à garantia contratual, a CONTRATADA deverá observar o que segue:

(...)

5. Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato. Assim sendo, a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e **complementada a cada reajuste**, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo do contrato; (sem grifo no original)

(...)

20. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

21. Nessa linha, após o procedimento de reconhecimento de dívida, deverá a empresa contrata ser notificada para atualizar a garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à imposição prenunciada na CLÁUSULA SEXTA, item 5, do ajuste.

3.3 - DA MINUTA DE APOSTILA N. 02 AO CONTRATO 06/2020

22. A minuta de Apostila n. 02 ao Contrato n. 06/2020 ([0851539](#)) juntada aos autos, este instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

23. De notar-se que, no Anexo I da minuta, consta o valor de R\$ 6.018,13 referente à apostila em análise (segunda coluna, última linha da tabela). Esta informação, contudo, não corresponde ao valor real, que é de **R\$ 4.732,24**, motivo pelo qual aquele motante deverá ser alterado para registrar o correto, providência que não impede sua aprovação por esta Assessoria Jurídica, haja vista que pode ser executada pela SECONT previamente à assinatura do instrumento definitivo da apostila.

IV – CONCLUSÃO

24. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

esta Assessoria opina pela devida aplicação do reajuste *strito sensu* no Contrato n. 06/2020 no patamar de **11,73%** decorrente da variação do IPCA, aferido no período de junho de 2021 e maio de 2022, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de maio de 2022 (**2º reajuste**).

25. Para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo pelo evento [0851539](#), observando-se, ainda, o registro do alerta que consta no **item 23** deste parecer.

26. Importa destacar que será necessária a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no **item VI da minuta de Apostila contratual**.

27. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição legal para tanto.

À consideração do Secretário da SAOFC.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 15/07/2022, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 15/07/2022, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0859467** e o código CRC **D55BA57D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Reajuste do Contrato Administrativo nº 06/2020.

DESPACHO Nº 921 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP**, CNPJ nº 09.477.789/0001-40, para realizar a **manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de mão de obra**, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados em unidades deste Tribunal nesta Capital, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 06/2020**, vigente até 19/05/2023, com possibilidade de prorrogação (evento [0537782](#)).

Por meio da Informação 179 (evento [0846030](#)), a Seção de Manutenção Predial (SEMAP), em cumprimento da Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Primeira do Contrato (evento [0537782](#)), registrou que o **índice de correção acumulado no período de junho/2021 a maio/2022**, de acordo com informações coletadas do IBGE, é de **11,73%** (onze, vírgula setenta e três por cento), conforme demonstrativos de cálculos e do impacto orçamentário apresentados. Registra que o valor da contratação passará de R\$ 118.018,13 (cento e dezoito mil, dezoito reais e treze centavos) para R\$ 122.750,37 (cento e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos) e que haverá necessidade de reforçar a nota de empenho 2022NE000186 no valor de R\$ 2.088,06 (dois mil, oitenta e oito reais e seis centavos).

A Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (AJSAOFC), após criteriosa análise dos documentos carreados para os autos, aprovou a minuta de Apostila n. 02 (evento [0851539](#)) e opinou pela:

1. aplicação do **reajuste *strito sensu*** no Contrato n. 06/2020 no patamar de **11,73%** decorrente da variação do IPCA, aferido no período de junho de 2021 a maio de 2022, **com efeitos financeiros** sobre o Contrato mencionado **a partir de maio de 2022 (2º Reajuste)**;
2. notificação da contratada para apresentar **complementação da garantia contratual**, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no **item VI da minuta de Apostila contratual**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nos mesmos termos foram as conclusões da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), constantes da Manifestação 320 (evento [0859948](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), seu artigo 191, combinado com o art. 193, permite a utilização da Lei n. 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este em que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, neste despacho manter-se-á a citação da lei antiga, considerando que é a que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Nos termos do bem lançado Parecer Jurídico 98/2022 da AJSAOFC (evento 0859467), este reajuste contratual tem amparo nos **arts. 40, XI e 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, os quais determinam a estipulação de critérios periódicos de reajuste, reproduzidos expressamente na Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo nº 06/2020 (evento [0537782](#)), conforme passa-se a reproduzir:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

I - Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.

[...].

É oportuno ressaltar que o reajuste é um procedimento automático, haja vista que a recomposição do valor contratado deverá ser feita de ofício pela Administração quando completado o lapso de 12 meses, a contar da data da apresentação da proposta, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Está evidenciado, portanto, o **poder-dever** da Administração **de manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato**, de sorte que o reajustamento configura uma obrigação, e não mera faculdade.

O **reajuste** é referente ao período de junho/2021 a maio/2022, sendo a variação do IPCA neste período, aplicada sobre o valor do contrato vigente, **de 11,73%** (onze inteiros e setenta e três milésimos por cento) e o **impacto financeiro total anual** deste, de **R\$ 4.732,24** (quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos).

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização do valor do Contrato nº 06/2020 (evento [0537782](#)), que passa a ser de R\$ 122.750,37 (cento e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos).

Além disso, conforme ressaltou a AJSAOFC, em cumprimento ao **item 5 da CLÁUSULA SEXTA** do contrato, **deverá a contratada complementar a garantia contratual**.

Por todo exposto e por tudo que dos autos consta, considerando os termos do artigo 1º, II, da Portaria nº 66/20218, esta Diretora-Geral:

a) Autoriza o reajuste do Contrato Administrativo nº 06/2020, no percentual de 11,73% (onze inteiros e setenta e três milésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de junho/2021 a maio/2022, com efeitos financeiros sobre a Contratação **a partir de maio de 2022**, com fulcro no art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93, e ainda na Subcláusula Primeira da Cláusula



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Décima Primeira do Contrato Originário, nos termos da minuta de **Apostila**, já aprovada pela Assessoria Jurídica, constante do evento [0851539](#), apenas com a ressalva da **necessidade de ajuste**, conforme indicado no **item 23 do Parecer Jurídico** (evento [0859467](#));

b) Determina a atualização do valor do Contrato nº 06/2020 (evento [0537782](#)), fixando seu novo valor em R\$ 122.750,37 (cento e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos), devido ao impacto do reajuste aplicado;

c) Determina a notificação da contratada para complementação da garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura da apostila**, no valor de **R\$ 236,61** (duzentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da apostila, conforme delineado no **item VII da minuta de Apostila contratual**.

À SAOFC para prosseguimento e **verificação prévia** à assinatura da Apostila **das condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 19/07/2022, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0861286** e o código CRC **6109500B**.